



MUNICÍPIO DE SÁTÃO

CÂMARA MUNICIPAL

CONVITE

Assunto: Procedimento de Ajuste Direto por Critérios Materiais ADCM – 01/2025

“Taxa anual de manutenção do Software ERP AIRC- 2025”

Convida-se essa entidade a apresentar proposta para a aquisição de serviços identificada em epígrafe, nos termos do disposto no art.º 115º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL nº111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual, e nas condições do presente convite.

1. Entidade adjudicante: A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Sátão, com sede na Praça Paulo VI, 3560-154, em Sátão, telefone 232 98 00 00, fax 232 98 20 93 e e-mail geral@cm-satao.pt.

2. Órgão que tomou a decisão de contratar: A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sátão, Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz, através de Despacho com data de 13/02/2025.

3. Tipo de contrato e critério do Ajuste Direto: trata-se de uma aquisição de serviços que recai sobre a modalidade de Ajuste Direto por Critérios Materiais.

4. Preço base: o preço base do procedimento é de **29.420,00€ (vinte e nove mil e quatrocentos e vinte euros)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

5. Prazo e modo de apresentação da proposta:

A proposta e todos os documentos que a constituem deverão ser entregues através da plataforma eletrónica de compras públicas, sita em www.acingov.pt, até às **18h do 3º dia útil** a contar da data de envio do convite.

6. Documentos que constituem a proposta:

6.1. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa e ser constituída pelos seguintes documentos:

a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos e assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;



b) **PROPOSTA:** Documento que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, **com indicação do valor total S/IVA e do valor unitário por aplicação S/IVA;**

c) Certidão permanente da empresa ou código de acesso;

d) Cópia do Cartão do Cidadão da pessoa que outorga no contrato em representação da entidade;

d) Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para a compreensão dos atributos da proposta.

6.2. Os preços constantes da proposta devem ser indicados em algarismos e não incluir IVA.

6.3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

6.4. Os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados eletronicamente, mediante assinatura eletrónica qualificada, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Sempre que os documentos e a proposta sejam assinados pelo procurador, deve juntar-se a respetiva procuração que lhe confira poderes para o efeito.

7. Esclarecimentos: Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

8. Negociação de Propostas: A proposta apresentada não será objeto de negociação.

9. Prazo de validade da proposta: O prazo de validade da proposta é de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta.

10. Propostas variantes: Não são admitidas propostas variantes.

11. Prazo de execução do contrato: O contrato mantém-se em vigor até 31/12/2025, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

12. Prestação da caução: Nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 88 do CCP, não é exigível caução.

13. Documentos de habilitação:

O adjudicatário deverá apresentar os documentos de habilitação previstos no artigo 81.º do CCP, redigidos em língua portuguesa, no prazo de cinco dias úteis contados da data da notificação de adjudicação, a saber:

13.1. Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP;

13.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55º do Código dos Contratos Públicos;

13.3. Comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo.



A não apresentação dos documentos de habilitação no prazo indicado, implica, nos termos do disposto no art.º 86º do mesmo Código, a caducidade da adjudicação.

14. Legislação aplicável:

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP e restante legislação aplicável.

O Presidente da Câmara Municipal


(Dr. Alexandre Manuel Mendonça Vaz)

